

anexo 4 - compilação da legislação

Compilação da Legislação Estadual sobre Recursos Hídricos

1. Alagoas		
LEI 5.965	10/11/97	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos e dá outras providências.
LEI 6.126	16/12/99	Cria a Secretaria de Estado de Recursos Hídricos.
LEI 6.145	13/01/00	Dispõe sobre as diretrizes básicas para a reforma e organização do Poder Executivo do estado de Alagoas.
DECRETO 37.784	22/10/98	Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
DECRETO 006	23/01/01	Regulamenta a outorga de direito de uso de recursos hídricos.
2. Bahia		
LEI 6.812	18/01/95	Cria a Superintendência de Recursos Hídricos, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação.
LEI 6.855	12/05/95	Dispõe sobre a Política, o Gerenciamento e o Plano Estadual de Recursos Hídricos.
LEI 7.354	14/09/98	Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
DECRETO 4.082	27/03/95	Aprova o regimento interno da Secretaria de Recursos Hídricos.
DECRETO 6.295	21/03/97	Institui o Sistema de Planejamento, Coordenação e Implantação do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia.
DECRETO 6.296	21/03/97	Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos, infração e penalidades e dá outras providências.
3. Ceará		
LEI 11.996	24/07/1992	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH e dá outras providências.
LEI 12.245	30/12/1993	Dispõe sobre o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNORH, revoga os arts. 17 a 22 da Lei nº 11.996, de 24.07.92, e dá outras providências.
DECRETO 14.535	02/07/1981	Regulamenta a Preservação dos Recursos Hídricos.
DECRETO 22.485	20/04/1993	Aprova o Regulamento da Secretaria dos Recursos Hídricos e dá outras providências.
DECRETO 23.039	01/02/1994	Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH.
DECRETO 23.047	03/02/1994	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNORH, criado pela Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992, alterada pela Lei nº 12.245, de 30.12.93.
DECRETO 23.067	11/02/1994	Regulamenta o art. 4º da Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992, na parte referente à outorga de direito de uso de recursos hídricos, cria o Sistema de Outorga para Uso da Água.
DECRETO 23.068	19/02/1994	Regulamenta o controle técnico das obras de oferta hídrica e dá outras providências.
DECRETO 24.264	12/11/1996	Regulamenta o art. 7º, da Lei nº 11.996 de 24 de junho de 1992, na parte referente à cobrança pela utilização de recursos hídricos e dá outras providências.
DECRETO 25.391	01/03/1999	Cria os Comitês das Sub-bacias Hidrográficas do Baixo e do Médio Jaguaribe e institui seus estatutos.
DECRETO 25.443	28/04/1999	Altera o prazo máximo de vigência da outorga de direito de uso de recursos hídricos.

4. Distrito Federal		
LEI 55	24/11/89	Dispõe sobre a utilização das águas subterrâneas situadas no Distrito Federal.
LEI 512	28/07/93	Dispõe sobre a Política de Recursos Hídricos no Distrito Federal, institui o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos - SGRH-DF e dá outras providências.
LEI 2.725	13/06/2001	Institui a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal e dá outras providências. Revoga a Lei nº 512, de 28 de julho de 1993.
DECRETO 20.882	14/12/1999	Regulamenta o Conselho de Recursos Hídricos.
DECRETO 20.883	14/12/1999	Regulamenta o Sistema de Informações de Recursos Hídricos do Distrito Federal (Regulamentação da Lei 041/89).
DECRETO 20.884	14/12/1999	Regulamenta o Artigo 21, inciso III da Lei nº 512 de 28 de julho de 1993.
DECRETO 21.007	18/02/2000	Outorga a Lei de Recursos Hídricos.
PORTARIA Nº 01	20/03/2000	Regulamenta o Sistema de Informações de Recursos Hídricos do Distrito Federal.
5. Espírito Santo		
LEI 5.818	30/12/1998	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos, do estado do Espírito Santo – SIGERH/ES, e dá outras providências.
DECRETO 4.338-N	24/09/1998	Estabelece normas e diretrizes para a construção e regularização de barragens, represas e reservatórios no Estado do Espírito Santo.
6. Goiás		
LEI 12.603	07/04/95	Institui a Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, SEMARH.
LEI 13.025	13/01/97	Dispõe sobre a pesca, aqüicultura e proteção da fauna aquática.
LEI 13.040	20/03/1997	Aprova o Plano Estadual de Recursos Hídricos e Minerais para o quadriênio 1995/1998.
LEI 13.061	09/05/1997	Altera o Plano Estadual de Recursos Hídricos e Minerais 1995/1998.
LEI 13.123	16/07/1997	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.
LEI 13.456	16/04/1999	Transforma a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos em Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação.
LEI 13.583	11/01/2000	Dispõe sobre a conservação e proteção ambiental dos depósitos de água subterrânea no Estado de Goiás.
POTARIA Nº 130	22/04/99	Regulamenta o Instrumento da Outorga.
7. Maranhão		
LEI 7.052	22/12/1997	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos e dá outras providências.
DECRETO 16.679	04/01/1999	Dispõe sobre a organização da Gerência de Qualidade de Vida.
8. Mato Grosso		
LEI 6.945	05/11/1997	Dispõe sobre a Lei de Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.
LEI 7.083	23/12/1998	Autoriza a cobrança de serviços executados pela Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEMa e dá outras providências.

LEI 7.153	21/07/1999	Altera o § 4º do artigo 1º da Lei nº 7.083, de 23.12.98, que dispõe sobre o licenciamento de poços tubulares no estado de Mato Grosso, consoante a Lei nº 6.945, de 05.11.97, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
LEI 7.663	30/12/1991	Cria o Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO.
DECRETO 37.300	25/08/1993	Regulamenta o Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO.
DECRETO 2.545	14/09/98	Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado de Mato Grosso. Modificado pelo Decreto nº 2.548 de 10 de maio de 2001.
DECRETO 1.291	14/04/00	Regulamenta o inciso VI do artigo 2º da Lei nº 7.153 de 21.07.99, que altera o § 4º do artigo 1º da Lei nº 7.083 de 23.12.98, que dispõe sobre o licenciamento de poços tubulares no estado de Mato Grosso, consoante a Lei nº 6.945, de 05.11.97, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
DECRETO 2.548	10/05/01	Modifica o Decreto nº 2.545, de 14 de setembro de 1998.
9. Minas Gerais		
LEI 12.584	17/07/97	Altera a denominação do DRH para IGAM.
LEI 13.194	29/01/99	Cria o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.
LEI 13.199	29/01/99	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.
LEI 13.771	11/12/00	Dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do estado.
DECRETO 40.055	16/11/98	Contém o regulamento do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM.
DECRETO 40.057	16/11/98	Dispõe sobre a fiscalização e o controle da utilização dos recursos hídricos no estado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM.
PORTARIA N° 01 IGAM	04/04/00	Dispõe sobre a publicidade dos pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos.
PORTARIA N° 06 IGAM	25/05/00	Acrescenta parágrafo ao art. 12 e altera a redação do art. 13 da Portaria nº 030/93, de 7 de junho de 1993, com nova redação dada pela Portaria nº 010/98, de 30 de dezembro de 1998 e alterada pela Portaria nº 007/99, de 19 de outubro de 1999.
PORTARIA N° 07 IGAM	19/10/99	Altera a redação do § 3º do art. 8º da Portaria nº 030/93, de 07 de junho de 1993, com nova redação dada pela Portaria nº 010/98, de 30 de dezembro de 1998, que regulamenta o processo de outorga de direito de uso de águas de domínio do estado.
PORTARIA N° 10 IGAM	30/12/98	Altera a redação da Portaria nº 030/93, de 07 de junho de 1993.
10. Pará		
LEI 5.457	11/05/88	Cria a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente- SECTAM, e dá Outras providências.
LEI 5.752	26/07/93	Dispõe sobre a reorganização e cria cargos na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente -SECTAM e dá outras providências.
LEI 5.793	04/01/94	Dispõe sobre a Política Mineralária e Hídrica do Estado.
LEI 6.105	14/01/98	Dispõe sobre a conservação e proteção dos depósitos de águas subterrâneas.
DECRETO 3.060	26/08/98	Regulamenta a Lei nº 6.105, de 14 de janeiro de 1998.

11. Paraíba		
LEI 6.308	02/07/96	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, suas diretrizes e dá outras providências.
LEI 6.544	20/10/97	Cria a Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais, dá nova redação e revoga dispositivos da Lei nº 6.308, de 02 julho de 1996, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
DECRETO 18.824	02/04/97	Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos - CERH.
DECRETO 19.256	31/10/97	Dá nova redação e revoga dispositivos do Decreto nº 18.823, de 02 de abril de 1997, que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
DECRETO 19.257	31/10/97	Dá nova redação a dispositivos do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos - CERH, aprovado pelo Decreto nº 18.824, de 02 de abril de 1997, e dá outras providências.
DECRETO 19.259	31/10/97	Dispõe sobre o Regulamento e a Estrutura Básica da Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais, e dá outras providências.
DECRETO 19.260	31/10/97	Regulamenta a outorga do direito de uso dos recursos hídricos e dá outras providências.
12. Paraná		
LEI 11.352	1996	Cria a Superintendência de Desenvolvimento, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA).
LEI 12.726	26/11/1999	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.
DECRETO 2.314	18/07/00	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
DECRETO 2.315	18/07/00	Estabelece normas e critérios para a instituição de comitês de bacia hidrográfica.
DECRETO 2.316	18/07/00	Estabelece normas, critérios e procedimentos relativos à participação de organizações civis de recursos hídricos junto ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
DECRETO 2.317	18/07/00	Delega competências da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA à Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA.
PORTARIA Nº 5 SUDERHSA	1996	Dispõe sobre o controle de águas subterrâneas profundas para fins de uso e consumo humano.
PORTARIA Nº 6 SUDERHSA	1996	Dispõe sobre critérios para outorga de recursos hídricos superficiais.
PORTARIA Nº 20 SUDERHSA	1996	Dispõe sobre o uso e a derivação de águas de domínio do estado do Paraná.
13. Pernambuco		
LEI 11.426	17/01/97	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Plano Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.
LEI 11.427	17/01/97	Dispõe sobre a conservação e a proteção das águas subterrâneas do estado de Pernambuco.
DECRETO 20.269	24/12/97	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Plano Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
DECRETO 20.423	26/03/98	Regulamenta a Lei nº 11.427, de 17 de janeiro de 1997.
DECRETO 21.281	04/02/99	Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria de Recursos Hídricos e dá outras providências.

14. Piauí

LEI 5.165	17/08/00	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.
-----------	----------	--

15. Rio de Janeiro

LEI 3.239	02/08/99	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; regulamenta a Constituição Estadual em seu artigo 261, § 1º, inciso VII, e dá outras providências.
-----------	----------	--

16. Rio Grande do Norte

LEI 6.908	01/07/96	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos; institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH e dá outras providências.
DECRETO 13.283	22/03/97	Regulamenta o Inciso III do art. 4º da Lei nº 6.908, de 1º de julho de 1996, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.
DECRETO 13.284	22/03/97	Regulamenta o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH e dá outras providências.
DECRETO 13.285	22/03/97	Aprova o Regulamento da Secretaria de Recursos Hídricos do estado do Rio Grande do Norte.
DECRETO 13.836	11/03/1998	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNERH, criado pela Lei 6.908 de 01 de julho de 1996, e dá outras providências.

17. Rio Grande do Sul

LEI 10.350	30/12/94	Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos; regulamentando o artigo 171 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.
DECRETO 36.055	04/07/95	Regulamenta o artigo 7º da Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994.
DECRETO 37.033	21/1/96	Regulamenta a outorga do direito de uso da água no estado do Rio Grande do Sul, prevista nos artigos 29, 30 e 31 da Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994.
DECRETO 37.034	21/1/96	Regulamenta o artigo 18 da Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994.
RESOLUÇÃO Nº 1 CERH	1997	Estabelece os casos de dispensa de outorga.

18. Santa Catarina

LEI 6.739	16/12/85	Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
LEI 9.022	06/05/93	Dispõe sobre o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
LEI 9.748	30/1/94	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.
LEI 10.644	07/01/98	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 6.739, de 16 de dezembro de 1985, alterado pela Lei nº 8.360, de 26 de setembro de 1991, e nº 10.007, de 18 de dezembro de 1995, que cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH.

19. São Paulo

LEI 6.134	02/06/88	Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas no Estado de São Paulo.
LEI 7.663	30/12/1991	Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
LEI 9.034	27/12/94	Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos 1994/1995.
LEI 9.866	28/1/97	Dispõe sobre a proteção e recuperação de mananciais.
LEI 10.020	03/07/98	Autoriza o Poder Executivo a participar da constituição de agência de bacias.

DECRETO 27.576	11/11/87	Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
DECRETO 32.955	07/02/91	Regulamenta a Lei nº 6.134, de 2 de junho de 1988, que dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do estado de São Paulo e dá outras providências.
DECRETO 37.300	25/08/93	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, criado pela Lei nº 7.663/91.
DECRETO 41.258	31/10/96	Regulamenta a outorga de Direitos de Uso dos Recursos Hídricos e a Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos - artigos 9º a 13 da Lei nº 7.663/91.
DECRETO 43.022	07/04/98	Regulamenta a Lei nº 9.866/97.
PORTARIA Nº 717 DAEE	12/12/96	Aprova a norma e os anexos que disciplinam o uso dos recursos hídricos.
20. Sergipe		
LEI 3.870	25/09/97	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.
DECRETO 18.099	26/03/98	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH/SE e dá outras providências.
DECRETO 18.456	03/12/99	Regulamenta a outorga de direito de uso de recursos hídricos.
DECRETO 19.079	05/01/00	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNERH.
21. Tocantins		
DECRETO 637	22/07/98	Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.
PORTARIA 006	30/07/01	Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Fonte: C.C.P. MOURA - 2002 - Complementada

Compilação da Legislação ambiental Federal

Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Título VIII – Da Ordem Social Capítulo VI – Do Meio Ambiente.
1. Áreas Urbanas e Industriais		
LEI 10.257	10/07/01	Aprova o Estatuto da Cidade, que vem regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.
LEI 7.797	10/07/1989	Cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.
LEI COMPLEM. 14	08/06/73	Institui as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.
LEI COMPLEM. 20	10/07/74	Institui a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.
2. Atmosfera		
LEI 8.723	29/10/93	Reforça a base legal da Resolução 18 do CONAMA.
DECRETO 79.134	17/01/77	Dispõe sobre a regulagem de motor a óleo diesel e dá outras providências.
DECRETO 99.280	06/06/90	Promulgação da Convenção de Viena para a proteção da camada de ozônio e do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio.
DECRETO 2.783	17/09/98	Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
CQNUMC (RATIFICAÇÃO)	28/02/94	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima. Trata-se de negociação do regime climático.
RESOLUÇÃO 507 CONTRAN	1976	Estabelece o controle das emissões de gases e vapores do cárter.
RESOLUÇÃO 510 CONTRAN	1977	Define parâmetros para o controle da fumaça emitida por veículos a diesel.
RESOLUÇÃO 18 CONAMA	06/06/1986	Cria o PROCONVE - Programa de Controle das Emissões de Veículos Automotores.
RESOLUÇÃO 03 CONAMA	15/06/1989	Dispõe sobre emissão de poluentes por veículos automotores.
RESOLUÇÃO 04 CONAMA	15/06/1989	Dispõe sobre emissão de poluentes por veículos automotores.
RESOLUÇÃO 05 CONAMA	15/06/1989	Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar.
RESOLUÇÃO 08 CONAMA	06/12/1990	Estabelece limites máximos de emissão de poluentes no ar, provenientes de fontes fixas.
RESOLUÇÃO 06 CONAMA	31/08/1993	Dispõe sobre emissão de poluentes por veículos automotores.
RESOLUÇÃO 07 CONAMA	31/08/1993	Define as diretrizes básicas e padrões de emissão para o estabelecimento de Programas de Inspeção e Manutenção para Veículos Automotores em Uso - I/M.
RESOLUÇÃO 08 CONAMA	31/08/1993	Em complemento à Resolução CONAMA nº 18, de 6 de maio de 1986, estabelece limites máximos de emissão de poluentes para os motores destinados a veículos pesados novos, nacionais e importados.
RESOLUÇÃO 09 CONAMA	04/05/1994	Dispõe sobre emissão de poluentes por veículos automotores movidos a álcool.
RESOLUÇÃO 13 CONAMA	09/10/95	Cria 10 (dez) Câmaras Técnicas Permanentes para assessorar o Plenário do CONAMA nos assuntos de sua competência.
RESOLUÇÃO 14 CONAMA	13/12/95	Dispõe sobre o programa de controle de qualidade, objetivando a garantia dos limites de emissão de poluentes de veículos automotores.
RESOLUÇÃO 15 CONAMA	29/09/94	Dispõe sobre o desenvolvimento de Programas de Inspeção e Manutenção para Veículos Automotores em Uso.

RESOLUÇÃO 15 CONAMA	13/12/95	Estabelece, para o controle da emissão veicular de gases, material particulado e evaporativo, nova classificação dos veículos automotores, a partir de 1º de janeiro de 1996.
RESOLUÇÃO 16 CONAMA	17/12/93	Ratifica os limites de emissão, os prazos e demais exigências contidas na Resolução nº 18/86 do CONAMA, que institui o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE.
RESOLUÇÃO 16 CONAMA	13/12/95	Dispõe sobre o controle de emissão de poluentes por veículos automotores.
RESOLUÇÃO 27 CONAMA	07/12/94	Dispõe sobre o controle de emissão de poluentes por veículos automotores.
RESOLUÇÃO 226 CONAMA	20/08/97	Dispõe sobre o controle de emissão de poluentes por veículos automotores.
RESOLUÇÃO 227 CONAMA	20/08/97	Dispõe sobre o controle de emissão de poluentes por veículos automotores.
RESOLUÇÃO 229 CONAMA	20/08/97	Prorroga prazo a partir do qual fica proibido o uso como solvente das Substâncias Controladas.
RESOLUÇÃO 230 CONAMA	22/08/97	Proíbe o uso de equipamentos que possam reduzir a eficácia do controle de emissão de ruído e poluentes.
RESOLUÇÃO 241 CONAMA	05/08/98	Estabelece limites máximos de emissão de poluentes.
RESOLUÇÃO 242 CONAMA	05/08/98	Estabelece limites máximos de emissão de poluentes.
RESOLUÇÃO 251 CONAMA	07/01/99	Estabelece critérios, procedimentos e limites máximos de opacidade da emissão de escapamento para avaliação do estado de manutenção dos veículos automotores do ciclo Diesel.
RESOLUÇÃO 252 CONAMA	11/01/99	Estabelece, para os veículos rodoviários automotores, inclusive veículos encarroçados, complementados e modificados, nacionais ou importados, limites máximos de ruído nas proximidades do escapamento, para fins de inspeção obrigatória e fiscalização de veículos em uso.
RESOLUÇÃO 256 CONAMA	22/07/99	Estabelece regras e mecanismos para inspeção de veículos quanto às emissões de poluentes e ruídos, regulamentando o Art. 104 do Código Nacional de Trânsito
RESOLUÇÃO 267 CONAMA	14/09/00	Proibição de substâncias que destroem a camada de ozônio.
RESOLUÇÃO 01 CNP	1989	
RESOLUÇÃO 03	1990	Substitui a Portaria 231, fixando novos padrões de qualidade do ar.
PORTARIA MINISTÉRIO DO INTERIOR Nº231	27/04/1976	Foram estabelecidas concentrações máximas permitidas para determinados poluentes atmosféricos, de forma a não afetar a saúde humana.
PORTARIA 167 IBAMA	26/12/97	Dispõe sobre a produção e comércio de veículos automotores.
PORTARIA 86 IBAMA	1996	Trata da Licença para Uso da Configuração do Veículo ou Motor - LCVM - para veículos importados.
3. Biodiversidade		
LEI 5.197	03/01/67	Código de Caça. Nenhuma espécie poderá ser introduzida no país sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida na forma de Lei.
LEI 6.902	28/04/81	Criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental. Art.1, Art.8, Art.9.
LEI 6.938	31/08/81	Institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).
LEI 7.804	18/07/89	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 02 de junho de 1980, e dá outras providências.

LEI 8.974	05/01/95	Lei de Biossegurança. Estabelece as diretrizes para o controle das atividades e produtos originados pela moderna Biotecnologia e cria a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTN/Bio, com o objetivo de formular uma política nacional de biossegurança e estabelecer normas e regulamentos relativos a atividades que contemplem organismos geneticamente modificados (OGMs).
LEI 9.605	13/02/98	Lei dos Crimes Ambientais. Introduz no ordenamento jurídico brasileiro, de forma clara e objetiva, penas e sanções bem definidas.
LEI 9.985	18/07/00	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Organiza e atualiza os critérios para a criação e gestão das Unidades de Conservação da Natureza, estabelecendo os meios e criando estímulos para a efetiva participação da sociedade.
DECRETO 98.897	30/01/90	Dispõe sobre as Reservas Extrativistas e dá outras providências.
DECRETO 99.274	06/06/90	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27/04/81 e a Lei nº 6.938, 31/08/81, respectivamente, de criação das estações ecológicas e áreas de proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Art. 1, Título II - Cap. II - Art.28, Art.29.
DECRETO 2.519	16/03/98	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica. A União se compromete, na medida do possível e conforme o caso, a impedir que se introduzam, contemplem ou erradiquem espécies exóticas que ameacem os ecossistemas, habitats ou espécies.
DECRETO 3.179	21/09/99	Regulamenta a Lei de Crimes Ambientais - Lei 9.605.
DECRETO 03945/01	28/09/01	Regulamenta a Medida Provisória 2186-16 e regulamenta o acesso e a disponibilidade de recursos genéticos para pesquisa científica, mas em quase nada regulamentam o acesso comercial aos recursos genéticos, o que passa a ser atribuição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, criado pelo governo, junto ao Ministério do Meio Ambiente e a outros órgãos do governo, através da Portaria 69, em 21/02/2002.
MEDIDA PROVISÓRIA 2186	23/08/01	Bloqueia o acesso a qualquer forma de recurso genético oriundo da fauna ou flora brasileira.
INSTRUÇÃO NORMATIVA 38	14/10/99	Secretaria de Defesa Agropecuária. Lista pragas quarentenárias para o Brasil e decreta alerta máximo contra as consideradas de alto risco potencial.
INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA 01/99	15/04/99	Estabelece os critérios para licenciamento ambiental de atividades de manejo e define manutenção e criação de animais exóticos como atividades de alto risco ambiental.
INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA 02/01	02/03/01	Determina a identificação individual de espécies da fauna silvestre nativa e exótica mantidas em cativeiro, para fins de controle e comercialização, destinação e fuga.
RESOLUÇÃO 11 CONAMA	03/12/87	Define as unidades de conservação criadas por ato do poder público.
RESOLUÇÃO 10 CONAMA	14/12/88	Define Áreas de Proteção Ambiental (APAs).
RESOLUÇÃO 237 CONAMA	19/12/97	Normatiza o licenciamento ambiental e define que estão sujeitas a ele várias atividades.
PORTARIA 324-P IBAMA	22/07/87	Proíbe a implantação de criadouros de jacaré-do-pantanal em áreas que não estejam localizadas dentro da bacia do rio Paraguai, área de ocorrência natural dessa espécie.
PORTARIA 93 IBAMA	07/07/98	Normatiza importação e comércio de fauna silvestre e seus produtos.
PORTARIA 102-N IBAMA	15/07/98	Institui normas para funcionamento de criadouros de fauna silvestre exótica.
4. Desastres Ambientais		
DECRETO 895	16/08/93	Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, e dá outras providências.

5. Floresta		
LEI 4.771	15/09/65	Institui o Código Florestal. No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas.
DECRETO 84.017	21/09/79	Aprova o regulamento dos Parques Nacionais. Determina remoção de espécies exóticas presentes em parques nacionais.
DECRETO 3.420	20/04/00	Cria o Programa Nacional de Florestas. Tem a missão de promover o desenvolvimento florestal sustentável, conciliando a exploração com a proteção dos ecossistemas, bem como compatibilizar a política florestal com as demais políticas públicas de governo.
MEDIDA PROVISÓRIA	07/1996	Altera e acrescenta artigos à Lei 4.771 com o objetivo de aumentar a proteção das florestas localizadas em propriedades rurais na Amazônia Legal.
5. Pesca		
DECRETO-LEI 221	28/02/67	Código de Pesca. Proíbe a importação ou a exportação de quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de evolução, bem como a introdução de espécies nativas ou exóticas nas águas interiores, sem autorização da autoridade competente.
DECRETO 2.869	09/12/98	Regulamenta a cessão de águas públicas para exploração da aqüicultura. Na exploração da aqüicultura em águas doces, será permitida somente a utilização de espécies autóctones da bacia em que esteja localizado o empreendimento ou de espécies exóticas que já estejam comprovadamente estabelecidas no ambiente aquático.
PORTARIA 142 IBAMA	22/12/94	Proíbe a comercialização de formas vivas, introdução e cultivo do bagre-africano e do bagre do canal ou catfish nas áreas abrangidas pelas bacias dos rios Amazonas e Paraguai.
PORTARIA 145 IBAMA	29/10/98	Institui normas para introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos e macrófitas aquáticas para fins de aqüicultura.
6. Recursos Hídricos		
LEI 7.661	18/05/88	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Art. 3, Art. 9.
LEI 9.427	26/12/96	Cria a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
LEI 9.433	08/01/97	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
LEI 9.649	27/05/98	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
LEI 9.966	28/04/00	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional. Art.1, Art.3, Art.4.
LEI 9.984	17/07/00	Cria a Agência Nacional de Águas - ANA.
PROJETO DE LEI 4.147	2001	Institui diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.
DECRETO 24.643	10/07/34	Código de Águas. Aborda o assunto "água" sob os mais diversos aspectos; fonte permanente de consulta.
DECRETO 50.877	29/06/61	Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos e oleosos nas águas interiores ou litorâneas do país. Art.1, Art.2, Art.4.
DECRETO 99.556	01/10/1990	Estabelece o Programa Nacional de Proteção às Cavidades Naturais Subterrâneas.
DECRETO 2.612	03/06/98	Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

RESOLUÇÃO 20 CONAMA	18/06/86	Classifica as águas doces, salobras e salinas em nove classes conforme o uso preponderante e fixa os limites e/ou condições seguras quanto ao nível de qualidade.
RESOLUÇÃO 05 CONAMA	03/12/97	Comissão Intermunicipal para os Recursos do Mar: Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (II PNGC).
RESOLUÇÃO 03 CNRH	10/06/99	Institui Grupo de Trabalho para elaboração de propostas de criação de Câmaras Técnicas Permanentes e Provisórias.
RESOLUÇÃO 04 CNRH	10/06/99	Institui Câmaras Técnicas do Plano Nacional de Recursos Hídricos e a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais.
RESOLUÇÃO 05 CNRH	10/04/00	Dispõe sobre os critérios para a instituição, organização e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas.
RESOLUÇÃO 07 CNRH	21/06/00	Institui a Câmara Técnica Permanente de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras.
RESOLUÇÃO 08 CNRH	21/06/00	Institui a Câmara Técnica Permanente de Análise e Projetos.
RESOLUÇÃO 09 CNRH	21/06/00	Institui a Câmara Técnica Permanente de Águas Subterrâneas.
RESOLUÇÃO 10 CNRH	21/06/00	Institui a Câmara Técnica Permanente de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços.
RESOLUÇÃO 11 CNRH	21/06/00	Institui a Câmara Técnica Permanente de Ciência e Tecnologia.
RESOLUÇÃO 12 CNRH	19/07/00	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes.
RESOLUÇÃO 13 CNRH	25/09/00	Estabelece as diretrizes para a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.
RESOLUÇÃO 14 CNRH	20/10/00	Estabelece as diretrizes para o processo de indicação dos representantes dos Conselhos Estaduais, dos usuários e das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos.
RESOLUÇÃO 15 CNRH	11/01/01	Estabelece as diretrizes para o disciplinamento da gestão integrada de águas subterrâneas.
RESOLUÇÃO 16 CNRH	08/05/01	Estabelece o conceito de outorga e as diretrizes gerais e procedimentos a serem adotados quando da solicitação e análise de solicitação da outorga de direito de uso de recursos hídricos.
RESOLUÇÃO 17 CNRH	29/05/01	Estabelece diretrizes complementares para a elaboração dos planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas.
RESOLUÇÃO 18 CNRH	20/12/01	Estabelece a possibilidade de prorrogação do mandato da diretoria provisória dos Comitês de Bacias Hidrográficas.
RESOLUÇÃO 19 CNRH	14/03/02	Aprova o valor de cobrança pelo uso de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraiíba do Sul.
RESOLUÇÃO 20 CNRH	14/03/02	Estabelece a composição das Câmaras Técnicas Permanentes e que terão mandato até julho de 2002.
RESOLUÇÃO 21 CNRH	14/03/02	Institui a Câmara Técnica Permanente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos.
RESOLUÇÃO 213 ANVISA RDC	13/11/01	Regulamento técnico de vigilância sanitária de portos e embarcações.
PORTARIA 407 MMA	23/11/99	Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
PORTARIA 307 MMA	13/12/00	Designa os membros titulares e suplentes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

7. Saúde e Meio Ambiente		
PORTARIA NORMATIVA 113 IBAMA	25/09/97	Exige o registro no Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, pessoas físicas e jurídicas que se dediquem às seguintes atividades: aqüicultura, comércio de animais, criadouros de espécies animais silvestres nativas e exóticas, importação e exportação de animais silvestres, zoológicos, circos, entre outras.
PORTARIA 922	21/06/01	Oficializa o grupo técnico do Ministério da Saúde que constituiu o "Grupo de Trabalho para Assuntos Internacionais em Saúde e Ambiente".
PORTARIA 2.253 GM	11/12/01	Institui a Comissão Permanente de Saúde Ambiental do Ministério da Saúde.
CONSULTA PÚBLICA 48	04/07/00	Promovida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária com o objetivo de estabelecer uma regulamentação técnica sobre as diretrizes gerais para procedimentos de manejo dos resíduos produzidos pelos serviços de saúde.
8. Solo		
LEI 7.802	11/07/89	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.
LEI 7.805	18/07/1989	Extingue o regime de Matrícula Garimpeira e cria a figura jurídica da Permissão de Lavra Garimpeira.
LEI 7.876	13/11/89	Institui o "Dia Nacional de Conservação do Solo".
LEI 8.171	17/01/91	Dispõe sobre a política agrícola.
LEI 10.228	29/05/01	Acrescenta dispositivo referente aos processos de desertificação à Lei de Política Agrícola.
LEI 10.267	28/08/01	Institui a troca de informações entre o Incra e os serviços de registro de imóveis e cria o Cadastro Nacional de Informações Rurais – CNIR.
DECRETO 98.812	09/01/1990	Regulamenta a Lei 7.805, de 1989.
DECRETO 4.074	08/01/02	Regulamenta a Lei 7.802, de 11/07/1989 e trata do "ciclo de vida" dos agrotóxicos.
MEDIDA PROVISÓRIA 1956	14/12/00	Altera os artigos 1, 4, 14, 16, e 44, e acresce dispositivos à Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o artigo 10 da Lei 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.
MEDIDA PROVISÓRIA 2.166	24/08/01	Altera os artigos 1, 4, 14, 16, e 44, e acresce dispositivos a Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o artigo 10 da Lei 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.
9. Diversos		
LEI 7.347	24/07/85	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado), e dá outras providências.
LEI 7.809	20/07/89	Dispõe sobre a revisão dos vencimentos básicos dos membros do Ministério Público da União e dá outras providências.
LEI 9.314	14/11/96	Altera dispositivos do Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.
LEI 9.795	27/04/99	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

LEI 9.827	27/08/99	Acrescenta parágrafo único ao artigo 2 do Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei 9.314, de 14 de novembro de 1996.
LEI 11.520 RIO GRANDE DO SUL	03/08/00	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
DECRETO-LEI 4.146	04/03/42	Dispõe sobre a proteção dos depósitos petrolíferos.
DECRETO-LEI 227	28/02/67	Dá nova redação ao Decreto-Lei 1.985 (Código de Minas), de 29 de janeiro de 1940.
DECRETO 72.312	31/05/73	Promulga a convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais.
DECRETO 97.632	10/04/89	Dispõe sobre a regulamentação do artigo 2, inciso VII, da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências.
DECRETO 3.179	21/09/99	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 265 CONAMA	27/01/00	Dispõe sobre derramamento de óleo na baía de Guanabara e indústria do Petróleo.
RESOLUÇÃO 273 CONAMA	29/11/00	Dispõe sobre prevenção e controle da poluição em postos de combustíveis e serviços.
RESOLUÇÃO 01 CONAMA	23/01/86	Estabelece a necessidade do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA.